

OFÍCIO Nº 269/2025 – SEGOV – PMI

Icapuí-CE, 11 de novembro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador
NORMANDO NONATO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Icapuí-CE.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar Substitutivo.

Senhor Presidente,

Cumprimento-o cordialmente com o presente, oportunidade em que submeto à elevada apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, Projeto de Lei Complementar Substitutivo N. 001/2025, de 10 de Novembro De 2025, ao Projeto de Lei Complementar N. 011/2025, de 3 de Outubro de 2025, que altera dispositivo da Lei Municipal N. 479, de 26 de abril de 2007, e da Lei Complementar N. 096, de 20 de janeiro de 2022, revoga dispositivo(s) da Lei Complementar N. 099, de 21 de março de 2022, e dá outras providências.

No ensejo, renovo protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:0045270139
2
Assinado de forma digital por
FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392
Dados: 2025.11.11 10:32:50
-03'00'

FRANCISCO KLEITON PEREIRA
Prefeito Municipal de Icapuí-CE.

Câmara Municipal de Icapuí



PROTOCOLO GERAL 555/2025
Data: 11/11/2025 - Horário: 10:53
Administrativo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR SUBSTITUTIVO N. 001/2025, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025, AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Icapuí-CE
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores,

Dirijo-me a Vossas Excelências, com o devido respeito, para apresentar o presente Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre alteração na legislação previdenciária municipal.

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo promover ajustes técnicos e jurídicos necessários na legislação previdenciária municipal, visando garantir maior segurança jurídica, adequação normativa e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Icapuí (ICAPREV).

As alterações propostas decorrem de análise técnica aprofundada da legislação vigente, que identificou a necessidade de aprimoramento em três aspectos fundamentais, quais sejam:

I - Alteração do art. 110 da Lei Municipal N. 479/2007 (art. 1º do PLC)

A modificação proposta no art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007 visa estabelecer com clareza o modo de incidência da alíquota de contribuição previdenciária para os servidores que migraram ou optaram pelo Regime de Previdência Complementar municipal.

A redação atual do art. 110, dada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 096/2022, não estabelece com precisão técnica o critério de incidência da alíquota de 14% para os servidores que optaram pelo Regime de Previdência Complementar, gerando insegurança jurídica e dificuldades operacionais.

Com a nova redação, fica expressamente estabelecido que para os servidores que:

- a) não migraram ou não optaram pelo Regime de Previdência Complementar, a alíquota de 14% incidirá sobre o valor total da remuneração de contribuição;
- b) migraram ou optaram pelo Regime de Previdência Complementar, a alíquota de 14% incidirá sobre o valor da remuneração de contribuição, limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Esta alteração está em consonância com o § 14 do art. 40 da Constituição Federal e com as diretrizes da Emenda Constitucional nº 103/2019, garantindo tratamento adequado e equitativo aos servidores que optaram pelo Regime de Previdência Complementar.

II - Alteração do art. 25 da Lei Complementar N. 096/2022 (art. 2º do PLC)

A alteração do art. 25 da Lei Complementar Municipal n. 096/2022 tem por objetivo estabelecer critério específico para a regra de transição do "pedágio" no âmbito do município de Icapuí, diferenciando-se da regra estabelecida no art. 20 da Emenda Constitucional n. 103/2019.

Esta regra havia sido disciplinada originalmente pelo art. 25 da Lei Complementar n. 096/2022, mas foi substancialmente alterada pela Lei Complementar n. 099/2022, que estabeleceu a regra original do art. 20 da EC 103/2019, sem as adaptações necessárias à realidade previdenciária do Município.

A nova redação proposta estabelece um sistema progressivo de pedágio, iniciando com um percentual reduzido e aumentando gradualmente ao longo dos anos, da seguinte forma:

a) Até o último dia do ano de 2025, o período adicional de contribuição corresponderá a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da entrada em vigor da Lei Complementar Municipal n. 096/2022, faltaria para o servidor atingir o tempo mínimo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 anos para homens);

b) A partir de 1/1/2026, este percentual será acrescido de 5% (cinco por cento) por ano, até atingir o limite total de 70% (setenta por cento) no ano de 2031, permanecendo este percentual para os anos subsequentes.

Esta adaptação é fundamental para garantir o equilíbrio entre o direito dos servidores e a sustentabilidade do Regime Previdenciário Municipal, considerando as peculiaridades demográficas e financeiras do Município de Icapuí.

A progressividade do pedágio permite uma transição mais suave para os servidores que estão próximos de implementar os requisitos para aposentadoria, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade do sistema no longo prazo.

III - Revogação de dispositivos (art. 3º do PLC)

O art. 3º do PLC revoga expressamente o art. 17 da Lei Complementar Municipal n. 096/2022, que trata da alíquota de contribuição previdenciária, matéria que passa a ser disciplinada pelo novo art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007, conforme proposto no art. 1º deste PLC.

A revogação é necessária para evitar duplicidade normativa e garantir segurança jurídica, uma vez que a matéria passa a ser integralmente disciplinada pela nova redação do art. 110 da Lei Municipal n. 479/2007.

Além disso, o dispositivo revoga todas as disposições legais em contrário, o que inclui o art. 6º da Lei Complementar n. 099/2022, que havia indevidamente incluído o art. 5º da EC 103/2019 no âmbito municipal. Esta correção é essencial, pois o art. 5º da EC 103/2019 não se aplica aos municípios, por tratar de matéria específica da União, Estados e Distrito Federal, estabelecendo regras de aposentadorias dos policiais e profissionais de Segurança Pública.

CONCLUSÃO

As alterações propostas visam aprimorar a legislação previdenciária municipal, garantindo maior segurança jurídica, adequação técnica e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Icapuí.

Trata-se de medidas necessárias para corrigir inconsistências técnicas e jurídicas identificadas na legislação vigente, assegurando o pleno cumprimento dos princípios constitucionais que regem a previdência dos servidores públicos, em especial os princípios do equilíbrio financeiro e atuarial, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, na certeza de que os nobres Edis reconhecerão a importância e a necessidade das alterações propostas, aprovando-o na forma apresentada.

Considerando a relevância da matéria para a estabilidade do regime próprio de previdência social e para a segurança dos direitos dos servidores públicos, submeto à elevada apreciação dessa Augusta Casa o presente Projeto de Lei Complementar, confiante em seu apoio para a aprovação desta importante iniciativa.

Seguem anexas cópias de:

- Parecer Jurídico n. 004/2025, da lavra da Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência do Município (ICAPREV); e
- Ofício 28102025-01, expedido pelo atuário Everton Smally Machado De Oliveira.

Por se revestir de matéria de grande relevância e interesse para todos os servidores do nosso Município e do próprio Município, pedimos às Vossas Excelências que façam tramitar o presente projeto em regime de **URGÊNCIA – URGENTÍSSIMA**.

Na certeza da vossa atenção sobre a presente matéria, reiteramos votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:0045270139
2

Assinado de forma digital por
FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392
Dados: 2025.11.11 10:33:55 -03'00'

FRANCISCO KLEITON PEREIRA

Prefeito Municipal de Icapuí-CE

**PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO N. 001/2025, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025, AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, DE 3 DE OUTUBRO DE 2025**

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N. 479, DE 26 DE ABRIL DE 2007, E DA LEI COMPLEMENTAR N. 096, DE 20 DE JANEIRO DE 2022, REVOGA DISPOSITIVO(S) DA LEI COMPLEMENTAR N. 099, DE 21 DE MARÇO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUÍ, no uso de suas atribuições legais constantes da Lei Orgânica do Município e em conformidade com os dispositivos Constitucionais em vigor,

Faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º O art. 110 da Lei Municipal n. 479, de 26 de abril de 2007, alterado posteriormente pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal n. 096, de 20 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 110. A alíquota da contribuição previdenciária destinada ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Icapuí - ICAPREV, corresponderá a:

I - 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade até a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar e que não tenham migrado para a sistemática desse regime;

II - 14% (quatorze por cento) incidentes sobre o valor da remuneração de contribuição definida no inciso XI do art. 16 desta Lei, limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para os servidores efetivos ativos dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os das Autarquias Municipais, que ingressaram no serviço público desta Municipalidade após a data de início da vigência do plano de benefícios do Regime Previdência Complementar independentemente de terem optado por participar desse Regime.

Art. 2º O art. 25 da Lei Complementar Municipal n. 096, de 20 de janeiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Serão aplicadas supletiva e subsidiariamente as disposições constitucionais e legais fixadas para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Cíveis da União, naquilo que couber, inclusive quanto às regras de transição.

I - Aos servidores públicos municipais, bem como às pensões deles decorrentes, aplicam-se as regras previstas nos artigos 3º, 4º, 8º, 10, 20, 21, 22, 23 e 26 da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019, observadas, no âmbito do Regime Próprio de Previdência do Município de Icapuí, as especificidades previstas nesta Lei Complementar.

II - Quanto à regra estabelecida pelo art. 20, inciso IV, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, no âmbito do Município de Icapuí, o período adicional de contribuição de que trata o dispositivo, corresponderá, até o último dia do ano de 2025, a 40% (quarenta por cento) do tempo que, na data da entrada em vigor da Lei Complementar municipal nº 096 de 20 de janeiro de 2022, faltaria para o servidor atingir o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem.

III - O percentual estabelecido no inciso anterior será acrescido, para todos os servidores que implementarem os requisitos para a concessão de aposentadoria por esta regra, de 5% (cinco por cento) por ano, até atingir o limite total de 70% (setenta por cento), no ano de 2031, permanecendo este percentual para os anos subsequentes.

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições legais em contrário, notadamente, o artigo 17 da Lei Complementar n. 096, de 20 de janeiro de 2022.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ-CE, AOS 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:0045270139
2

Assinado de forma digital por
FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392
Dados: 2025.11.11 10:34:14 -03'00'

FRANCISCO KLEITON PEREIRA
Prefeito Municipal de Icapuí-CE